

**Base Nacional Comum Curricular e o futuro da educação Brasileira.**

Prof. Dr. Edgar Indalecio Smaniotto<sup>1</sup>

No Brasil não temos uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em grande parte devido à ideia de que as escolas são autônomas para, através de seu Projeto Político Pedagógico, constituir seus próprios planos curriculares. A verdade, porém, é que a tão propalada autonomia escolar é um bicho mais difícil de encontrar do que um Óvni em um dia ensolarado de verão, ou um Chupa-cabras andando descontraidamente na Avenida Paulista. Com isso, ficamos sem autonomia e, igualmente, desprovidos de uma base nacional comum de currículos.

A falta de uma Base Nacional Comum Curricular simplesmente vem deixando os professores em um barco à deriva, em meio a um oceano de possibilidades de conteúdos a serem trabalhados. Frequentemente, aparecem algumas boias de orientação em forma de diretrizes, leis e parâmetros. Textos que muitas vezes se alongam em discussões teóricas acadêmicas, primam por serem vagos no que realmente importa – uma orientação clara ao professor sobre os conteúdos –, ao mesmo tempo em que se perdem em uma verbosidade infinita. Mas, são sempre úteis para se buscar uma ou outra citação para enfeitar um documento escolar, sem falar que, distribuídos em caixinhas coloridas, ficam lindos em um canto qualquer da biblioteca da escola – se a escola tiver uma, é claro.

Sem uma orientação clara, perdido entre uma generalidade de documentos municipais, estaduais e federais, demandas sociais emergentes de última hora e a necessidade de ensinar os conteúdos que os professores e dirigentes escolares imaginam que serão úteis para seus alunos *se darem bem* nas avaliações externas – SARESP, Prova Brasil, ENEM, entre outras – e vestibulares (demandas legítimas), muitas vezes o currículo escolar se torna uma colcha de retalhos quase incompreensível.

Se não existe um Currículo Nacional que oriente Secretarias Municipais e Estaduais de Educação na elaboração de suas próprias propostas pedagógicas e, conseqüentemente, as escolas e professores, podemos estar trabalhando (certamente estamos) conteúdos diferentes em grande parte das redes de ensino do Brasil. Esta realidade certamente é um dos motivos de por que o Brasil ir tão mal nas provas elaboradas para verificar o desempenho de seus alunos – ENEM, Prova Brasil, etc. Afinal, se não existe um currículo nacional, como cobrar um conteúdo mínimo a ser avaliado nacionalmente? Que dizer, então, de avaliações internacionais como o PISA (Programme for International Student Assessment - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)? Simplesmente não dá! Mas, para que se preocupar com isso se é bem mais simples jogar a culpa apenas nos professores pelo péssimo desempenho dos alunos?

Vários outros países já possuem uma Base Nacional Comum Curricular. Os Estados Unidos definiram bases apenas para o Inglês e Matemática; na Austrália, o sistema define 80% do

---

<sup>1</sup> Filósofo, mestre e doutor Ciências Sociais. Professor do Ensino Fundamental I e do Ensino Universitário, palestrante e especialista em Coordenação Pedagógica e Gestão Escolar. Contato: [edgarsmaniotto@gmail.com](mailto:edgarsmaniotto@gmail.com).

conteúdo como obrigatório; Portugal define os objetivos da aprendizagem; na Finlândia, a Base Curricular é apenas um norte; em Cuba, por sua vez, é definido o que e como ensinar e, também, a carga horária<sup>i</sup>; já o Reino Unido tem uma Base Comum desde 1988.

Constituir uma base nacional comum de currículos foi um desafio encampado em 2015 pelo filósofo – e então Ministro da Educação – Renato Janine Ribeiro, que publicou uma proposta de Base Nacional Comum Curricular como determina o Plano Nacional de Educação (PNE). A intenção é a padronização de cerca de 60% do Currículo Nacional, dando ainda grande margem a secretarias estaduais e municipais de educação, bem como às próprias escolas, através de seus Projetos Políticos Pedagógicos, para inserirem outros conteúdos que considerem adequados – um meio termo entre a necessária base comum e a autonomia de escolas e redes de ensino.

Em um Ministério que, desde sua criação em 1930, já teve 54 ministros, cada um com um tempo médio de 1 ano e 10 meses no cargo (pelo menos desde a redemocratização, em 1985), Renato Janine Ribeiro não fugiu à regra e acabou não ficando à frente do Ministério o suficiente para terminar a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular. Janine Ribeiro, que assumiu em 06 de abril de 2015, deixou o Ministério no mesmo ano, em 30 de setembro, devido a uma reforma ministerial, dando lugar ao petista Aloizio Mercadante<sup>ii</sup>. Na mesma reforma, o também filósofo Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, que estava à frente do programa Pátria Educadora, também deixou o cargo.

Mangabeira Unger vinha propondo uma série de reformas que consistiam, por exemplo, em um plano de carreira docente nacional, na cooperação federativa para socorrer escolas e redes de ensino com maus resultados e, por fim, em um currículo que estivesse centrado em competências analíticas e aprofundamento seletivo<sup>iii</sup>. O aprofundamento seletivo, inclusive, poderia ser um dos objetivos a ser alcançado com o estabelecimento de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

De qualquer forma, os dois ministros filósofos tiveram que sair. Uma perda inestimável para a educação, em uma época de crise – o que é um termômetro da importância que a educação como um todo tem para o Brasil no atual governo. Da proposta elaborada por Mangabeira Unger para o “Pátria Educadora”, pouco se tem falado – e parece ter sido descontinuada. Posso estar enganado, mas aí vai mais uma promessa de campanha para o limbo do esquecimento. Contudo, a BNCC proposta por Renato Janine Ribeiro, que está sob consulta popular, parece que pelo menos sairá do papel (textos e documentos podem ser lidos no site: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>).

É impreterível a participação da sociedade para que a BNCC venha a se tornar um documento de uso recorrente nas escolas. Para isso, deve ser simples (o que não quer dizer ser simplista ou ruim), instrumento de ação no dia a dia da sala de aula (e não fonte de citação para documentos pedagógicos) e concernente aos anseios verdadeiros da sociedade (e não apenas da elite acadêmica). Em suma, um documento de uso prático que guie a atividade didática do professor; ofereça elementos para que escolas e redes de ensino possam montar com clareza seus próprios currículos; possibilite que as famílias saibam o que seus filhos devem realmente aprender em cada série/ano e em cada disciplina; e direcione os próprios cursos de

licenciatura e pedagogia na formulação de projetos pedagógicos mais eficientes, de acordo com as demandas da sociedade expressas na BNCC.

O que não deve mais ocorrer é a nação ficar sem um norte curricular comum, ou ter que se contentar com uma quimera pedagógica ao estilo dos PCN. Precisamos de uma base curricular aplicável, e não de caixinhas coloridas de livros para enfeitar bibliotecas. Analisando a proposta de ensino de Filosofia contida na BNCC – disciplina em que sou licenciado, tendo ministrado aulas no Ensino Médio e trabalhado na elaboração de material didático –, posso afirmar que as descrições de conteúdos propostos não são apenas pertinentes, mas também factíveis. E o mais importante: oferecem uma orientação clara ao professor sobre os conteúdos a serem trabalhados. Podemos, dessa forma, termos enfim uma base curricular coerente e aplicável.

Para aqueles que veem isso como uma ameaça à autonomia escolar, parece-me que a possibilidade de decidir por 40% do currículo é uma margem ainda bem grande e aceitável em um país das dimensões do Brasil, que necessita do mínimo indispensável de conteúdos que todo o brasileiro deva dominar – resida ele em Roraima, São Paulo ou Rio Grande do Sul. A partir do momento em que for implementada uma Base Nacional Comum Curricular, ela servirá como guia para as avaliações nacionais e para vestibulares, acabando-se com os *achismos*. Quantos vezes, em reuniões pedagógicas, nós – professores – não ficamos discutindo o que *achamos* que iria ser cobrado em uma determinada avaliação externa? Com uma Base Nacional Comum Curricular, tanto professores quanto avaliadores terão um guia confiável para ensinar e avaliar o desempenho nacional de nossos alunos. Esse é um primeiro passo para melhorarmos nossa educação.

---

<sup>i</sup> Ver: **Base Nacional Comum: Experiências pelo mundo**. Disponível em: <http://fotos.estadao.com.br/galerias/educacao/base-nacional-comum-experiencias-pelo-mundo,21250?startSlide=0&f=0>. Acesso em: 09/02/2016.

<sup>ii</sup> **Três ministros em três anos**. Revista Nova Escola. Ano 30. Nº 288, dezembro de 2015 e janeiro de 2016.

<sup>iii</sup> Ver: **Pátria Educadora é plano da presidente, diz Mangabeira**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/patria-educadora-plano-da-presidente-diz-mangabeira-16004998>. Acesso em: 09/02/2016.